

Senado aprova MP 440 que reestrutura carreiras do funcionalismo público

O Senado aprovou no dia 20 de novembro, o texto base da medida provisória 440 que reestrutura 12 carreiras de vários setores do serviço público federal. A MP beneficia 91.308 servidores civis, dos quais 45.661 ativos, 30.062 inativos e 15.585 pensionistas. As 11 emendas começam a ser apreciadas na semana que vai de 24 a 28 de novembro. Na emendas é que se encontram uma série de acordos

que foram fechados entre o governo e os servidores. A expectativa é que os destaques sejam aprovados, tendo em vista que algumas categorias de servidores, que já haviam firmado acordo com o governo, não foram contempladas pela medida provisória. A MP 441, que contempla outras dezenas de carreiras, começará a ser votada após a apreciação das emendas da MP 440.

Servidores da FUNASA iniciam força tarefa contra PL 3958/08

Nos dias 19 e 20 últimos, servidores da FUNASA de todo o país deram início a uma força tarefa de combate ao PL 3958/08 que causará o desmonte e conseqüentemente a extinção da FUNASA. (Pág. 8)



CUT promove V Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília

No dia 03 de dezembro, a Central Única dos Trabalhadores e entidades filiadas estarão em Brasília para a V Marcha da classe trabalhadora, que ocorre anualmente. Será novamente uma manifestação unificada entre as centrais sindicais. Será o dia de chamar a atenção do governo, de autoridades e também da população, de maneira pacífica, e deixar claro que a CUT não abrirá mão de reivindicar e de fato construir uma pauta positiva para os trabalhadores(as) do Brasil.

A CUT tem, como fundamental papel, a mobilização para o fortalecimento de políticas públicas e ações governamentais que dêem prioridade à geração de emprego e melhor distribuição de renda. Este ano, a V Marcha da Classe Trabalhadora terá como tema “Desenvolvimento com Valorização do Trabalho”.

Algumas bandeiras de luta da 5ª Marcha da CUT

Reforma Agrária: estabelecimento de limite de propriedade da terra; atualização dos índices de produtividade; garantia de instrumentos legais de controle de compra de terras por estrangeiros; combate ao trabalho escravo.

Fortalecimento da política de valorização do salário mínimo e das aposentadorias e as políticas públicas de saúde e educação, garantindo-se a ampliação de recursos do orçamento público para as áreas sociais (EC29, FUNDEB etc) e os programas de transferência de renda.

Fim do superávit primário e ampliação dos investimentos em obras de infraestrutura, a valorização do serviço público e das políticas sociais, a exemplo dos Territórios da Cidadania.

Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Qualquer instituição financeira que apresente estado de falência deve ser estatizada.

Valorização do salário mínimo, com a incorporação da variação dos preços da alimentação já no reajuste de 2009.

Interromper os processos de privatização do patrimônio público (Embrapa e Infraero), o leilão das reservas petrolíferas, bem como revogar o marco regulatório herdado do Governo FHC, de modo que a riqueza do pré-sal seja explorada em benefício da Nação.

Retirada do Projeto de Lei que propõe a implantação das Fundações Estatais de Direito Privado.

Garantia de cumprimento pleno dos acordos coletivos firmados com os servidores públicos.

Os trabalhadores não pagarão pela crise

Em 5 e 6 de novembro, a Executiva Nacional da CUT adotou uma resolução conclamando à mobilização para reafirmar que a solução para a crise é a geração de emprego e renda. No dia 3 de dezembro, na 5ª Marcha da Classe Trabalhadora, caravanas de todo o país exigirão em Brasília a adoção de medidas em favor do povo brasileiro.

De acordo com dados do Bank for International Settlements (BIS), a riqueza em papéis denominados de “derivativos e outras inovações financeiras” é de cerca de US\$ 600 trilhões comparado a um valor de produção efetiva de riquezas, medida pelo PIB mundial, de US\$ 65 trilhões. O colapso do sistema de financiamento imobiliário americano é apenas a face mais visível de uma crise mais profunda, do próprio sistema capitalista.

O documento registra, ainda, que os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira já começam a se fazer sentir, como o anúncio de férias coletivas e a suspensão dos investimentos programados em setores importantes da economia.

A CUT entende que a intervenção do Estado não pode significar a “socialização das perdas” do setor financeiro com a sociedade em geral – sendo que, no período do crescimento recente, o que se percebeu foi a “privatização dos ganhos” expressa nos gigantescos lucros anuais dos bancos, que atingem a casa de dezenas de bilhões de dólares no Brasil.

O SINTSEF concorda com as impressões da CUT diante desta crise e endossa sua luta a favor dos trabalhadores brasileiros.

A Direção Colegiada

Servidor público: um trabalhador a serviço do povo

Não é fácil imaginar a vida sem o trabalhador público. O serviço público no Brasil é o socorro de grande parte da população. Em áreas como saúde, educação, reforma agrária, previdência, dentre outras, é o único serviço ao qual o povo tem acesso. No entanto, mesmo com toda importância que esses trabalhadores têm no contexto social, são freqüentes os ataques à categoria. Criou-se a falsa imagem de que o trabalhador do serviço público é aquele que ganha muito e trabalha pouco. Porém, é esse cidadão que leva o país nas costas, em cada detalhe do seu dia de trabalho.

Além das constantes agressões sofridas na mídia, o trabalhador público padece de males como o desmonte de órgãos públicos, caso do IBAMA, que teve suas atividades desmembradas, do INCRA, que vem sofrendo uma tentativa de redução do seu papel institucional na região da Amazônia, da FUNASA, ameaçada por um projeto de lei (PL 3958/08) do Ministro da Saúde, que diminui a abrangência de sua atuação e de outros órgãos ameaçados pelo projeto das fundações estatais como órgão de direito privado (PL 092/07). A Reforma da Previdência e a retirada de direitos dos aposentados foi outra violência cometida contra a categoria.

Mas a resposta desse trabalhador a tanto afronto vem através de sua unidade e de suas organizações como os sindicatos e a confederação. Mobilizações, paralisações e greves têm sido freqüentes como instrumento de luta

pela manutenção de seus direitos e conquista de melhorias. Com muita batalha, a categoria conseguiu arrancar do governo alguns reajustes em suas tabelas salariais, através das Medidas Provisórias 431, de maio de 2008, e 440 e 441, de agosto de 2008. Mesmo com problemas em seu contexto geral, as medidas trouxeram avanços para a categoria. Em relação aos aposentados, por exemplo, num passado recente, a defasagem em relação às gratificações do servidor da ativa era de 90%, isto é, o aposentado recebia apenas 10% do valor da gratificação do ativo. Hoje, os aposentados e pensionistas conseguiram garantir, em lei, um valor de 50% e, em alguns casos, como o dos servidores das carreiras típicas de estado, a paridade de 100%.

Há ainda muito pelo que protestar. É preciso que os servidores continuem unidos na luta por um serviço público, gratuito e de qualidade. Participar das mobilizações sindicais, engajarem-se nos movimentos pelas garantias de direitos e incorporar as lutas rumo a novas conquistas é dever do servidor público, que, antes de qualquer coisa, é um trabalhador a serviço do povo. 28 de outubro, dia daquele que trabalha o ano todo pelo nosso país.

A Direção Colegiada!

* Esta nota foi publicada do jornal Diário do Nordeste, do dia 28 de outubro, em alusão ao Dia do Servidor Público.

Crise econômica: o que o trabalhador tem com isso?

Comentam, em todos os recantos do país, que a crise vai atingir frontalmente os direitos e garantias dos trabalhadores no setor público. O governo já começa a diminuir os investimentos e custeios orçamentários já previstos para 2009. Enquanto isso, nós, aposentados e pensionistas, filiados ao SINTSEF/CE, aqueles que mais sofrem com a política de reajuste traçada pelo governo federal, estaremos alertas para defendermos aquilo que já havia sido posto e garantido até o ano 2011, conforme tabelas definidas na Medida Provisória 431, que já foi transformada em Lei. Lembramos que essa oferta de reajuste é o mínimo do mínimo que podíamos ter obtido depois de quase 20 anos de aperto financeiro.

É bom ressaltar que a inflação acumulada no período de 1995 até 2003, causada no governo

FHC, que gira em torno de 250%, ainda não nos foi reposta.

O seguimento dos Aposentados e Pensionistas está pronto para formar fileira junto aos servidores em atividade, para reforçar todo movimento paredista que busquem fazer, contra qualquer retaliação vinda desse governo.

Se nós não participamos da “festa do pato”, não vamos pagar por quem comeu da sua carne.

Acreditamos que essa crise é produto do capitalismo desenfreado, vivenciado pelo mundo, portanto não cabe penalizar a quem vive de salários e proventos, cuja cifra tem sinônimo de fome e de miséria.

Geraldo Costa - Coordenador de Aposentados e Pensionistas do SINTSEF/CE

Campanha pela paridade já

Mais de 120 delegados de base de 20 estados participaram do Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas do serviço público federal, em Luziânia-GO, nos dias 14, 15 e 16 de outubro. O SINTSEF/CE enviou 18 representantes, já citados no jornal do mês anterior. No lugar da eleita pela delegacia do Maciço de Baturité, Francisca Furtado, foi ao encontro o suplente Raimundo Alves de Araújo.

A categoria discutiu questões fundamentais e definiu estratégias para organizar a luta em torno da defesa de direitos. Uma comissão será criada e quer buscar audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo é levar ao presidente todas as reivindicações do setor. A

categoria quer manifestar sua insatisfação com os constantes ataques e reclama por ser vítima freqüente de fraudes, como a que envolve empréstimos consignados.

Promovido pela CONDSEF, o encontro definiu também a organização de um grande ato para março de 2009. Condsef, Sindicatos Gerais e CUT terão a missão de reunir, em Brasília, mais de dez mil servidores em uma caravana para exigir Paridade Já. Para viabilizar e fortalecer a luta, foi discutida a necessidade de formar a unidade da categoria reunindo servidores das esferas: federal, estadual, municipal e distrital.

O movimento já começou a apresentar resultados. No último dia 19 de novembro, os senadores fizeram uma

noite de vigília para pressionar pela aprovação de três projetos que visam à recomposição do valor das aposentadorias e pensões. Já aprovados pelo Senado, os projetos aguardam agora deliberação da Câmara. Um deles acaba com o chamado fator previdenciário, redutor que leva em conta idade, tempo de contribuição e expectativa de sobrevida para o cálculo da aposentadoria (PLS 296/03); outro estabelece a recomposição das perdas de rendimentos sofridas por aposentados e pensionistas (PLS 58/03); e o terceiro (PLC 42/2007), proposto pelo Executivo, cria uma política de reajuste do salário mínimo e recebeu emenda assegurando aos benefícios pagos pela Previdência Social o mesmo reajuste do salário mínimo.

SINTSEF continua na luta contra a máfia dos contracheques

No último dia 23 de outubro, o coordenador geral do SINTSEF e secretário de aposentados e pensionistas da CONDSEF, Luis Carlos Macedo, esteve na Polícia Federal para depor contra a máfia dos contracheques. Já algum tempo, a coordenação de aposentados e pensionistas do sindicato vem monito-

rando essa questão e acompanhando de perto os descontos feitos indevidamente por seguradoras fantasmas e/ou desonestas nos contracheques de servidores públicos, em especial, aposentados e pensionistas. Os diretores Eudes Moreira e Gerlado Costa também prestaram depoimentos na PF sobre a questão.

Em setembro, a CONDSEF encaminhou ao Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, um dossiê com todos os problemas relacionados a descontos indevidos e outros dessa natureza ocorridos no Ceará, para que o ministério tome as providências cabíveis.

Servidores do DNOCS participam de encontro em Recife

No último dia 14 de novembro, os servidores do DNOCS reuniram-se em Recife em um encontro que teve como tema os caminhos para a reestruturação do DNOCS. Participaram representando o SINTSEF/CE o diretor Aluisio Bastos e a filiada Waldenizia Gadelha. O objetivo do encontro foi a retomada das discussões sobre a Reestruturação do Dnocs e o Plano de Carreira dos servidores do órgão. No que se refere à reestruturação do órgão, o interesse reside exatamente na necessidade, sentida por todos os servidores, em refletir e encontrar saídas eficientes para o fortalecimento da instituição. Um dos pontos principais de debates do evento foi a discussão, com a CON-



REPRESENTANTES SINDICAIS DO DNOCS DOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, CEARÁ, PARAIBA, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

DSEF, de uma agenda de ações a serem priorizadas para 2009. Essa agenda deve definir metas e um cronograma de execução das atividades a serem realizadas pelos servidores em todos os Estados com o apoio dos respectivos sindicatos estaduais. O encontro fez parte do calendário oficial da CONDSEF apresentado no último encontro do CDE.

Fora da programação ocorreu a en-

trega a cada representante dos Estados presentes de uma cópia de um documento institucional que trata de várias ações para modernização e fortalecimento do DNOCS. Os encaminhamentos principais do encontro foram: 1) enviar para a CONDSEF, até 30 de novembro, sugestões referentes ao documento institucional de modernização do DNOCS sistematizadas em reuniões nas bases; 2) CONDSEF deve enviar solicitação de agendamento para reunião dos representantes sindicais com a comissão institucional que elaborou o plano de modernização do Órgão ao Diretor Geral do DNOCS; 3) agendar um encontro para o início de janeiro.

Delegados do encontro nacional apresentam pauta de reivindicações ao coordenador da FUNASA/CE

No último dia 21 de outubro, parte dos delegados que participaram do encontro nacional da FUNASA em Brasília, ocorrido em 12 de outubro, reuniu-se com o coordenador da regional da FUNASA/CE, Guaracy Diniz de Aguiar, para levar a pauta de reivindicações do

segmento. Os diretores do SINTSEF/CE José de Assis, Afonso Barbosa e Luis Carlos Macedo, também estiveram presentes à reunião.

Os participantes do encontro realizaram, junto com o SINTSEF, na sede do sindicato, uma assembléia com os servi-

dores da Região Metropolitana de Fortaleza, no dia 11 de novembro, quando foram repassados os informes e a situação, naquele momento, dos servidores que trabalham no órgão.

Confira os principais pontos da reunião com o coordenador da CORE - CE:

REIVINDICAÇÃO DOS SERVIDORES	SITUAÇÃO E RESPOSTA DO COORDENADOR
Recebimento da GACEN pelos aposentados e pensionistas conforme a MP 431	Já foi implantada no salário de setembro
Implantação da GACEN referente aos meses de março, abril e maio para todos os servidores conforme a MP 431	Foi implantada a GACEN e descontada a indenização de campo, no entanto, houve um problema pois foi feito um desconto de valor único, sendo que a indenização de campo tem valor variável. Dessa forma alguns servidores foram prejudicados. O coordenador responsabilizou-se por fazer os cálculos individualizados, para que seja descontado de IC apenas o que o servidor realmente recebeu.
GACEN para os servidores que estavam de férias ou licença no mês de abril	Vai verificar juridicamente a questão
Pagamento de indenização de campo para os excluídos da GACEN	Conforme definição da Presidência da FUNASA no período em que os servidores antes excluídos ficaram sem receber a GACEN, será paga uma gratificação, na forma de diária, quando comprovado que houve deslocamento que justificasse o recebimento de diárias.
Contagem de tempo de serviço para aposentadoria especial	Foram feitos 800 processos e está sendo organizada uma força tarefa para dar mais celeridade ao restante
Situação do Núcleo de Apoio aos Servidores Cedidos para o Estado - NASCE	Falta apenas a indicação do nome do representante do governo para que o núcleo seja implantado
Saúde do trabalhador	Está terminando a gestão da comissão de saúde do trabalhador existente na CORE-CE. Os membros atuais estão solicitando a convocação de eleições para preenchimento dos cargos.

GRPU - CE paralisa suas atividades às quartas-feiras

Todas as quartas-feiras, desde o início do semestre, os trabalhadores da Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU - CE estão paralisando suas atividades às quartas-feiras, entre as nove e as onze horas da manhã. o SINTSEF tem dado todo o seu apoio, através do uso do carro de som e da presença de diretores

Os trabalhadores protestam contra às políticas de discriminação aplicadas pela direção do Ministério do Planejamento aos seus servidores. Durante as paralisações os

servidores divulgaram uma carta aberta aos seus usuários que explica a situação do órgão. De acordo com o documento, desde 2004, os trabalhadores lutam por um Plano de Carreira. O Ministério tem negociado e concedido Planos de Carreira a diversos servidores de outros setores do Serviço Público Federal, mas nega o direito ao pessoal da própria casa. Além disso, os trabalhadores levantam a questão da não concessão da GSISTE (gratificação para quem trabalha com sistema de tecnologia) a eles, e a con-

cessão da mesma, através da MP 441 para trabalhadores de outros órgão que desempenham funções semelhantes aos servidores da GRPU. A luta é contra a discriminação dos servidores da GRPU e em prol de um tratamento isonômico para os que ali trabalham, em relação a outros órgãos.

As paralisações às quartas-feiras seguirão até que seja revista a situação, ou, se o Ministério do Planejamento insistir em não enxergar esses servidores, a hipótese de greve geral será considerada.

Servidores do Ministério da Saúde no Hospital de Maracanaú aguardam encontro da categoria

Estava previsto para a primeira quinzena de novembro, um encontro com os servidores do Ministério da Saúde lotados no Hospital de Maracanaú para discutir questões referentes aos problemas daquele local com a CONDSEF. No entanto, em virtude de outras questões, o encontro foi adiado e ainda não tem

data prevista, estando no aguardo de convocatória da Confederação. Na manhã do dia 25 de novembro, o SINTSEF realizou assembléia com estes servidores, em seu local de trabalho, para levar informações jurídicas de interesse do segmento e esclarecer as dúvidas sobre os 3,17% e outros.

Sobre o estudo, encomendado pelo sindicato, que diz respeito ao grau de insalubridade no ambiente do hospital, o SINTSEF já recebeu o laudo, elaborado pelo perito contratado, e encaminhará o mesmo para a CONDSEF, para que sejam tomadas as providências cabíveis junto ao Ministério da Saúde.

Tabela para os anistiados

No último dia 20 de novembro, o governo publicou o decreto nº- 6.557, que regulamenta o art. 310 da Medida Provisória no 441, de 29 de agosto de 2008, dispondo sobre a remuneração dos empregados anistiados pela Lei no 8.878, de 11 de maio de 1994, que retornarem ao serviço na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A nova tabela será aplicada apenas para os servidores que não possuem dados referentes à remuneração que recebiam na época da demissão. Caso o servidor tenha em mãos o último contracheque antes do desligamento, sua recomposição salarial será reajustada pelos índices de correção adotados para a atualização dos benefícios do Regime

Geral de Previdência Social –RGPS – , desde a data do desligamento até o mês anterior ao retorno do emprego. Se o servidor não contar com o último contracheque, a União tentará buscar a ficha funcional dos servidores nos arquivos dos órgãos extintos. Caso ela seja localizada a remuneração do anistiado será atualizada de acordo com os índices de correção dos benefícios do RGPS, desde a data do desligamento até o mês anterior ao retorno do emprego. Caso esses dados não sejam localizados nos arquivos o servidor será, então, enquadrado na tabela. Como o regime jurídico da maioria dos órgãos extintos era a CLT o servidor tem direito à recomposição da sua remuneração com os benefícios que constavam no seu contracheque antes

da demissão (hora-extra incorporada e anuênios).

Há mais de uma década, os anistiados aguardam a reintegração. No dia 29 de outubro, a Comissão Especial da Lei da Anistia promoveu audiência pública para debater a evolução dos procedimentos adotados pela Comissão Especial Interministerial (CEI), a fim de facilitar a reintegração dos servidores exonerados ou demitidos irregularmente entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, inclusive por motivação política ou grevista. A CEI, responsável pela análise dos processos dos funcionários demitidos nesse período, tem até o dia 8 de janeiro para finalizar o trabalho. Mais de 13 mil anistiados aguardam reintegração.

Servidores do DNIT continuam mobilizados pelo atendimento da pauta de reivindicações do órgão

Após passar 18 dias em greve, de 6 a 24 de outubro, os servidores do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes) resolveram voltar ao trabalho diante da perspectiva de negociação com o governo que apresentou uma agenda para debater a pauta de reivindicação dos servidores. Os encontros ocorreram nos dias 29/10, 03 e 11/11 e 25/11. Pouco se avançou nas conversas entre servidores e governo, mas os trabalhadores seguem apostando no processo de negociação e, até o momento, não votaram pela retomada da greve.

No último dia 18, a CONDSEF foi recebida pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Acompanhada da AEDNIT e ASDNER, a Confederação entregou ao ministro a proposta de Estrutura Remuneratória aprovada nos fóruns da categoria, que tem realizado assembleias permanentes em todo o país. Até agora, o avanço esperado pela maioria dos servidores que apostam no processo de negociação não aconteceu e os servidores estão retomando de forma intensa a mobilização em defesa do atendimento de suas reivindicações. Diante

de todas as alegações feitas, o ministro se comprometeu a interceder em defesa do segmento.

No Ceará, em assembleia, a categoria decidiu que, pelo menos por enquanto, não retornará a greve. O ponto dos 18 dias de paralisação foi cortado e os servidores já estão sentindo o peso do desconto em suas folhas de pagamento.

Os diretores do sindicato acompanharam de perto esse movimento. O SINTSEF está ajuizando uma ação para evitar o restante dos descontos na folha de dezembro.

GTs da Fazenda e da AGU são instalados e definem agenda de reuniões

No último dia 14 de novembro, foi, finalmente, instalado o Grupo de Trabalho (GT) do Ministério da Fazenda. Participam do GT a CONDSEF e representantes dos ministérios da Fazenda e Planejamento. Dentre outros pontos, o grupo discutirá a reestruturação da carreira dos servidores administrativos fazendários. Na reunião do dia 14, ficaram confirmados encontros para os dias 26/11, 10/12 e

17/12. No dia 26, foi apresentada no GT a Racionalização e Transposição de Cargos do Seguro Social. O diagnóstico da situação funcional dos fazendários também será apresentado pelos representantes do Ministério da Fazenda. Para ajudar nas discussões, a Condsef vai apresentar um estudo e análise sobre cargos derivados. Depois dessas três reuniões discutindo racionalização e transposição de cargos,

haverá uma avaliação sobre a necessidade de prorrogar o prazo deste GT.

A Advocacia Geral da União (AGU) também teve seu GT instalado. O início das atividades foi no último dia 6 de novembro. O GT vai discutir a reestruturação da carreira do setor. Um cronograma foi confirmado e teve início no dia 19 deste mês. As demais reuniões acontecem nos dias 26/11, 08/12 e 15/12.

Gacen garantida para servidores incluídos na MP 441

No último dia 20 de novembro, em reunião no Ministério do Planejamento, a CONDSEF solicitou a extensão de direitos a servidores que tiveram gratificação (Gacen) incluída em seus contracheques a partir da MP 441. Desde a edição da MP 431, a Condsef luta para corrigir problemas ligados à criação da Gacen. O governo, que vinha negando a aplicação da Gacen ao 13º salário, férias e afastamentos considerados de efetivo exercício, passa a reconhecer esses direitos. A Confederação

segue cobrando o pagamento de retroativos e, ainda, a inclusão de 4% de trabalhadores da Funasa que recebiam indenização de campo e não tiveram reconhecido o direito à Gacen.

Por enquanto, os cargos contemplados pela MP 441 são: I - Agente de Saúde; II - Auxiliar de Laboratório; III - Auxiliar de Laboratório 8 horas; IV - Auxiliar de Saneamento; V - Divulgador Sanitário; VI - Educador em Saúde; VII - Laboratorista; VIII - Laboratorista Jornada 8 horas;

IX - Microscopista; X - Orientador em Saúde; XI - Técnico de Laboratório; XII - Visitador Sanitário; XIII - Inspetor de Saneamento; XIV - Motoristas. A situação dos condutores de lancha, ainda de fora da Gacen, continua sendo discutida pela CONDSEF. Ministério da Saúde e Funasa se comprometeram a encaminhar uma exposição de motivos ao Planejamento. O objetivo é tentar incluí-los numa próxima MP ou PL que forem seguir para o Congresso Nacional.

Servidores da Agricultura fazem encontro nacional e definem agenda de lutas para 2009

Servidores de quatorze estados (CE, PR, SC, DF, RJ, MT, AC, TO, SE, BA, PE, RS, GO, AL) participaram do Encontro Nacional dos Servidores do Ministério da Agricultura (MAPA), que aconteceu no último dia 14 de novembro, na sede da CONDSEF, em Brasília. Antônio Wilson da Silva

Correa e Vera Lúcia Cândido de Oliveira representaram o SINTSEF/CE. A categoria discutiu o plano de lutas que será seguido ao longo de 2009. As atividades para 2008 continuam fazendo parte da agenda. Até o dia 26 de novembro, o governo deve editar todas as portarias dos grupos de trabalho (GT's)

negociados, entre eles está o dos administrativos do MAPA. No GT, a Confederação vai defender a igualdade salarial entre Técnicos de Inspeção, Fiscais e Técnicos Administrativos. As decisões tomadas durante o encontro serão encaminhadas a autoridades do governo e parlamentares.

Nota de esclarecimento aos filiados do SINTSEF/CE

Tomamos conhecimento de que está sendo divulgado por alguns servidores e diretores desta entidade a suposta desnecessidade de pagamento do percentual de 5% sobre os valores recebidos através de ações judiciais ganhas pelo Sindicato, em total desrespeito às disposições estatutárias, devidamente deliberadas e aprovadas pela categoria em assembléia estatutária.

Esclarecemos que a dispensa do pagamento desse percentual apregoada, é uma **inverdade** e, mais que isso, **uma irresponsabilidade**, pois atinge diretamente uma importante reserva financeira do Sindicato, vez que este percentual, conforme disposição estatutária é destinado ao fundo de mobilização e greve.

Faz-se necessário uma reflexão:

a quem interessa enfraquecer o sindicato, justamente no momento em que existem ameaças do Governo de esfacelar órgãos como FUNASA, INCRA, IBAMA e DNOCS e, também, prenúncios de suspensão de reajustes concedidos nas tabelas salariais dos servidores para os próximos anos.

Para ir de encontro a esta situação e resistir contra a efetivação das intenções do Governo, o Sindicato precisa de recursos financeiros, com os quais custeará atos políticos, greves e mobilização da categoria. Portanto, esta falsa propaganda atenta contra a entidade e, em consequência, contra a luta de todos os servidores públicos federais.

O que é mais lamentável é que membros da direção defenderam na

última assembléia estatutária a fixação desse percentual. Hoje, contraditoriamente descumprem e estimulam a categoria a descumprir o nosso estatuto. Apesar disso, em nenhum momento a base se opõe a efetuar o pagamento dos 5%, por entender a relevância a que se destina.

Deste modo, é preciso que toda a categoria se conscientize da necessidade e importância do pagamento dos 5% e repudie propostas destruidoras do sindicato como estas que estão sendo propagadas, para, assim, unir forças na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Fortaleza, 08 de novembro de 2008

A Direção Colegiada

Milhares de servidores recebem 3,17% nos processos jurídicos do sindicato

A coordenação jurídica do SINTSEF informa que o processo referente aos 3,17% da FUNASA continua em andamento e que quase todas as RPV's já foram feitas. Faltam agora somente duas: uma que está em processo de correção e outra que saiu como precatória, mas já foi corrigida e enviada para o TRF-Recife.

O SINTSEF está enviando cartas para as pessoas que vão receber valores a partir de 8 de dezembro. O sindicato pede que todos os que têm processo judicial correndo através do setor jurídico da entidade, confirme seus endereços junto ao setor responsável, pois muitas cartas explicativas estão retornando devido a endereços errados ou incompletos.

Em relação aos 3,17% dos Ministérios e de outros órgãos, o sindicato avisa que o pagamento de RPV's será feita a partir de 08 de dezembro. Cinco RPV's que já haviam sido ex-

pedidas foram enviadas para Recife, onde serão numeradas pelo TRF, e serão pagas em até 60 dias. Confira a relação dos órgãos com número de participantes:

ÓRGÃO	QTD
AGU	16
ANATEL	5
ANVISA	6
BASE AEREA	249
CEFET	16
MARINHA	27
EXERCITO	333
POLICIA FEDERAL	5
DNPM	1
EAF CRATO	1
FUNASA	19
INCRA	3
INSS	10
IPHAN	1

AGRICULTURA	129
CULTURA	1
EDUCAÇÃO	11
FAZENDA	532
JUSTIÇA	6
PREVIDENCIA	15
SAÚDE E HOSPITAL DE MARACANAÚ	656
MINAS E ENERGIA	9
PLANEJAMENTO	100
UFC	16
TOTAL	2772

Em relação ao Ministério do Trabalho, o sindicato está elaborando os cálculos para os 149 servidores.

Já em relação ao precatório complementar da FUNASA - 26,05% (plano verão), o setor jurídico informa que a maioria já foi paga e que estão sendo enviadas cartas para aqueles que ainda não receberam seus valores.

Processo das eleições do sindicato tem nova audiência

Ocorreu no dia 19 de novembro, uma nova audiência na Justiça do Trabalho sobre o processo 01038-2008-008-07-00-8, movido pela Chapa 2 – Renovação, Independência e Luta, contra os integrantes da Chapa 1 – Unidade e Luta e membros da comissão eleitoral das eleições do SINTSEF/CE de 2008, ocorridas entre os dias 2 e 4 de junho de 2008. A audiência iniciou-se às 8 horas e teve seu fechamento por volta das 14 horas. Na ocasião, foi dada continuidade à metodologia iniciada na última audiência, ocorrida em 8 de outubro, isto é, foram ouvidas as testemunhas de cada um dos lados. Pela Chapa 2, foram apresentadas as testemunhas Francisca Cândido da Silva e Ismael José César, diretor da CONDSEF. Em seguida, foi ouvida a testemunha da Comissão Eleitoral, Vânia Maria Vasconcelos Horácio,

funcionária da entidade e depois a testemunha da Chapa 1, o filiado Orlando Souza de Freitas. Três pessoas foram dispensadas pelo juiz Francisco Antônio da Silva Fortuna por fazerem parte, de alguma forma, do processo eleitoral. Foram elas: o suplente da comissão eleitoral, Afonso Celso Gadelha Guerra e os componentes da chapa única da Delegacia Sindical da Região Centro Sul, Cícero Emídio da Silva e Valmir Torres da Silva.

Depois de encerrados todos os depoimentos, o juiz comunicou que vai realizar uma análise detalhada dos testemunhos, dos requerimentos apresentados pelas chapas e dos demais documentos constantes dos autos, bem como reavaliar o Mandado Especial de Intimação nº 000540/2008-008, que determinou a suspensão da posse da Chapa 1 – Uni-

dade e Luta, no dia 20 de junho de 2008. O mandato da atual direção colegiada do sindicato vai até o dia 28 de novembro (este prazo foi estabelecido pelo Juiz na audiência anterior). Até esta data, o Juiz irá determinar se mantém ou não a liminar que suspendeu a posse da Chapa 1 ou se prorroga mais uma vez o mandato da direção atual. Enquanto isso o processo segue tramitando para dar seguimento ao caso. Participaram, ainda, da audiência os representantes da Chapa 1, Roberto Luque e José de Assis e seus advogados Deodato Ramalho e Wagner Braga e da Chapa 2 – Luciano Filgueiras e Carlos Alberto (Carlão) e seu advogado Patrício William Almeida. Também estiveram presentes a representante da Comissão Eleitoral, Vânia Temóteo e as advogadas do SINTSEF/CE Vera Bezerra e Liduína Carneiro.

Servidores das DRTs discutem plano de carreira

Aconteceu no último dia 19 de novembro, em Brasília, o Encontro Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho. O evento teve como pauta principal a discussão

acerca do plano de carreira destes servidores. Representando o SINTSEF/CE, estiveram presentes Jaqueline Lima dos Santos Guerra, João Carlos Paulo e Milton Monteiro Gondim Jú-

nior, eleitos em assembléia realizada no dia 3 de novembro, em Fortaleza. A referida assembléia referendou a proposta de plano de carreira apresentada na ocasião.

SINTSEF/CE elege delegados para plenária estatutária da CONDSEF

Durante todo o mês de outubro o SINTSEF elegeu seus delegados à plenária estatutária da CONDSEF. Foram duas assembléias na Capital, uma para eleger aposentados e pensionistas e outra para os servidores da ativa da Região Metropolitana de Fortaleza e mais oito no interior, uma em cada delegacia, somando sete e mais uma na região dos três climas, Itapipoca.

A Plenária Nacional Ordinária da Confederação ocorrerá nos dias 04, 05 e 06 de dezembro, em Porto Alegre-RS para discutir e deliberar sobre o seguinte tema: Conjuntura; Balanço do Movimento dos SPFs; Plano de Lutas; Organização Sindical e Reforma Estatutária. O sindicato enviará 19 delegados sendo oito (8) delegados do interior, contemplando as sete (7) delegacias e a região dos três climas (Itapipoca) e dez (10) da Região Metropolitana, sendo três (3) aposentados e sete (7) servidores da ativa.

No dia 29, foram escolhidos os representantes entre os servidores da ativa. Concorreram duas chapas: Chapa 1 - Novos desafios para a CONDSEF, defendida por Roberto Luque e Chapa 2- Renovação e Luta, encabeçada por Luciano Filgueiras. A primeira obteve 94 votos, o equivalente a 58,4% e a segunda 67 votos, o que representa 41,6%. Sendo assim, a chapa 1 teve direito de indicar 4 delegados e escolheu Roberto Luque, Hélio Alves, Eliseu Lima e Flávia Sabóia. A chapa 2 indicou Jucilene Viana de Souza, Rosângela Vasconcelos de Azevedo e Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Júnior. A assembléia do dia 29, referendou, ainda, o nome do diretor Afonso Barbosa como delegado escolhido pela direção colegiada.

No dia 22 de outubro, ocorreu a assembléia de aposentados na sede do sindicato, onde foram eleitos os representantes do segmento. No mesmo sistema a chapa

1, encabeçada por Geraldo Costa obteve 54 votos, isto é, 88,5% e a chapa 2 sob o comando de Paulo Henrique teve 7 votos, contando com 11,5%. Obedecendo ao critério da proporcionalidade, a Chapa 1 indicou três nomes e a outra não elegeu nenhum por não haver atingido o percentual mínimo. Os nomes dos aposentados indicados foram: Geraldo Costa, Aluísio Bastos e Benedita de Paula.

No interior os delegados escolhidos foram: Inhamúns Murilo Maciano; Cariri - Francisco José de Sá Macedo; Centro Sul - Francisco Vital de Carvalho; Sertão Central - Antônio Aelito Madeiro; Região Norte - João Batista de Oliveira; Três climas (Itapipoca) - João Rodrigues Soares e Baturité - José Artur Camurça.

Como observadores irão Francisco Teles da Silva e João Eudes Moreira Rodrigues e como delegados natos, tendo em vista serem diretores da CONDSEF, José de Assis e Luis Carlos Macêdo.

Servidores da FUNASA iniciam força tarefa contra PL 3958/08

Nos dias 19 e 20 últimos, servidores da FUNASA de todo o país deram início a uma força tarefa de combate ao PL 3958/08 que cria seis novas secretarias no Ministério da Saúde, 118 novos cargos de direção de assessoramento superior - DAS e retira da FUNASA as atribuições com relação à saúde indígena, causando o esfacelamento do órgão e, conseqüentemente, sua extinção.

No dia 19, uma audiência pública, ocorrida no salão da Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público do Congresso Nacional, debateu o tema. Os servidores da FUNASA lotaram o local, dentre eles estavam os representantes do SINTSEF/CE, Afonso Barbosa e Hélio Alves (foto). O presidente da Comissão, Deputado Federal Pedro Fernandes, presidiu a audiência que teve a mesa composta por: Sergio Ronaldo - CONDSEF, Sidnei Castro - FENASPS, Márcia Bassit - Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Wanderlei Guenka - Departamento de Saúde Indígena da FUNASA, Edmundo Moura Xavante - Conselho



Distrital de Saúde Indígenas e Aílson dos Santos - Conselheiro Nacional de Saúde e membro da Comunidade Indígena do Estado de Pernambuco.

Pelos argumentos apresentados na audiência, ficou claro que o problema da Funasa não é de estrutura como quer fazer crer o governo, e sim de gestão. De acordo com a avaliação dos servidores e da Confederação, a criação das novas secretarias não é verdadeiramente necessária. Se a Funasa passar por um processo de reestruturação, trazendo de volta aos seus quadros os servidores cedidos aos estados e municípios, dentre outras ações, ela terá novamente condições de cumprir

sua missão institucional e alcançar metas impostas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) até 2010. Junto com o fortalecimento do quadro de funcionários, viria o aumento da fiscalização e controle para monitorar de forma transparente como o dinheiro público vem sendo usado.

O relator do PL 3958/08, deputado Jovair Arantes (PTB-GO) admite que o projeto é complexo. Arantes defende ampliar a discussão com todos os setores envolvidos, antes que o projeto siga sua tramitação. Para o relator, o debate vai contribuir para que uma proposta seja construída levando em conta as demandas da Funasa, órgão histórico que presta importantes serviços ao povo brasileiro.

No dia 20, os servidores que participaram da audiência fizeram visitas aos gabinetes dos parlamentares para buscar apoio para a derrubada do projeto. A CONDSEF marcou, ainda, nova audiência com o relator do PL. Na ocasião, a entidade vai levar sugestões para reestruturar a Funasa e fortalecer o órgão.